

67
1

Agravo de Execução Penal nº 0002146-78.2014.8.17.0000 (0328809-7)

Comarca Origem: Caruaru – 3ª Vara Regional de Execução Penal

Agravante: Minsitério Público Estadual

Agravado: **Ana Paula Alves**

Relator: Des. Mauro Alencar de Barros

Procurador(a) de Justiça: Maria Helena da Fonte Carvalho

Órgão Julgador: 2ª Câmara Criminal

ACÓRDÃO

AGRAVO NA EXECUÇÃO PENAL. DETRAÇÃO RELATIVA A DELITOS POSTERIORES À SEGREGAÇÃO PROVISÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. PROVIMENTO DO RECURSO. DECISÃO UNÂNIME.

1. É assente a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no sentido de que o condenado não faz jus à detração penal quando a conduta delituosa pela qual houve a condenação tenha sido praticada posteriormente ao crime que acarretou a prisão cautelar. Também este Tribunal de Justiça já decidiu no mesmo sentido, em agosto de 2013, inclusive esta 2ª Câmara Criminal, por meio do Agravo na Execução Penal nº 304052-6.
2. Importante, ainda, destacar que o art. 387 do CPP, com a redação dada pela Lei 12.736/2012, apenas determina que o tempo da prisão provisória seja computado pelo juiz na sentença para fins de determinação do regime inicial de cumprimento da pena, mas não autoriza a aplicação da detração penal relativamente a delitos cometidos após a prisão cautelar.
3. Tanto é assim que, como bem chamou a atenção a douta Procuradora de Justiça, há jurisprudência do STJ posterior à entrada em vigor da sobredita Lei que mantém o posicionamento anterior, no sentido de que a detração somente pode ser empreendida relativamente a delitos anteriores à segregação provisória, sob pena de se criar uma espécie de poupança em face da Justiça Criminal.
4. À unanimidade, deu-se provimento ao agravo, para que seja desconsiderado, para fins de detração, o período de 28/01/2010 a 21/10/2010, posto que anterior à data do delito pelo qual foi condenado (18/07/2011).

My

68/
0

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de agravo na execução penal nº 328809-7, em que figuram, como agravante, o Ministério Público de Pernambuco e, como agravado, Ana Paula Alves, acordam os Desembargadores componentes da 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em dar provimento ao agravo, tudo consoante consta do relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do julgado.

Recife, 18 de junho de 2014



Des. Mauro Alencar de Barros
Relator

Agravo de Execução Penal nº 0002146-78.2014.8.17.0000 (0328809-7)
Comarca Origem: Caruaru – 3º Vara Regional de Execução Penal
Agravante: Minsitério Público Estadual
Agravado: **Ana Paula Alves**
Relator: Des. Mauro Alencar de Barros
Procurador(a) de Justiça: Maria Helena da Fonte Carvalho
Órgão Julgador: 2ª Câmara Criminal

RELATÓRIO

Cuida-se de recurso de Agravo na Execução Penal interposto pelo Ministério Público do Estado de Pernambuco contra decisão proferida pelo juízo da 3ª Vara Regional de Execução Penal do Estado de Pernambuco, que, em decisão datada de 01.07.2013, determinou a contagem, para fins de detração penal, do período em que a condenada esteve presa provisoriamente em relação a processo diverso daquele cuja pena está sendo executada (processo nº 2013.581.00445).

Pleiteia o Agravante a reforma do *decisum* para que não seja concedida a detração referente ao período entre 28.01.2010 e 21.10.2010, como decidido pelo Magistrado a quo.

Sustenta que "a detração por prisão em outro processo só é viável diante da existência de certas peculiaridades, mormente no que diz respeito à ordem em que as prisões foram efetuadas", hipótese não evidenciada nos presentes autos.

Contrarrazões às fls. 19/25, pugnando pelo improvimento do recurso.

Mantida a decisão pelo Juízo a quo (fls. 27/28), ascenderam os autos a esta Instância, tendo a Procuradoria de Justiça, em parecer de fls. 48/51,

Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros

opinado pelo provimento do agravo, para que seja desconsiderado, para fins de detração, o período acima indicado.

Em seguida, vieram-me conclusos.

É o relatório.

Inclua-se em pauta.

Recife, 09 de junho de 2014.


Des. Mauro Alencar de Barros

Relator

Agravo de Execução Penal nº 0002146-78.2014.8.17.0000 (0328809-7)

Comarca Origem: Caruaru – 3ª Vara Regional de Execução Penal

Agravante: Minsitério Público Estadual

Agravado: **Ana Paula Alves**

Relator: Des. Mauro Alencar de Barros

Procurador(a) de Justiça: Maria Helena da Fonte Carvalho

Órgão Julgador: 2ª Câmara Criminal

VOTO DO RELATOR

Em suas razões de recurso, sustenta o agravante, em síntes, que:

- i) De acordo com a magistrada, a reeducanda faz jus ao benefício da progressão de regime por ter preenchido todos os requisitos necessários ao seu deferimento, sendo que, na decisão, computou-se como detração período de reprimenda provisória referente a outro processo, no qual não consta sequer sentença prolatada;
- ii) A referida decisão acabou por antecipar indevidamente o tempo da pena;
- iii) O compute de detração por crime diverso ao que resultou a condenação só é possível quando o delito no qual se pretende aplicar o instituto foi perpetrado anteriormente ao que originou a prisão processual, hipótese não evidenciada nestes autos;

iv) A mencionada detração não merece prosperar sob pena de garantir ao agente delitivo um crédito para cometimento de crimes.

Pois bem.

Cumpre, de logo, observar que assiste razão ao Agravante.

Como bem frisado no parecer da D. Procuradoria de Justiça:

"(...) Da leitura dos autos, constata-se que Ana Paula Alves esteve presa provisoriamente no período de 30/12/2004 a 23/03/2005 e no período de 28/01/2010 a 21/10/2010, em face dos Processos nº 2297-90.2006.8.17.1110 e 85-32.2010.8.17.1280, este encontra-se pendente de julgamento, enquanto que o primeiro está com remessa para a delegacia. Por fim consta, ainda, que a agravada em 18 de julho de 2011, foi presa em flagrante delito pela prática do crime previsto no art. 33 e 35 da Lei 11.343/2006 e, uma vez processada, restou condenada nos autos 1691-13.2011.8.17.110.
(...) É cediço que é viável o desconto dos dias de recolhimento em processo diverso desde que o crime pelo qual o apenado esteve recluso tenha ocorrido posteriormente ao delito que ensejou nova segregação. Entendimento contrário estaria a oferecer ao réu crédito penal, possibilitando que este tivesse sua pena diminuída automaticamente caso sobreviesse nova reprimenda por fato posterior ao que determinou a prisão, o que contraria frontalmente o Sistema Penal.
In casu, portanto, indevido se mostra o desconto do período em que o reeducando ficou recolhido provisoriamente em relação aos dois primeiros feitos, onde em um deles o réu nem mesmo obteve sentença".

É assente a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no sentido de que **o condenado não faz jus à detração penal quando a conduta delituosa pela qual houve a condenação tenha sido praticada posteriormente ao crime que acarretou a prisão cautelar.**

Vejamos precedentes de nossos Tribunais Superiores.

EMENTA: HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. DETRAÇÃO. PERÍODO ANTERIOR AO FATO DELITUOSO. IMPOSSIBILIDADE. 1. É

assente a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no sentido de que o condenado não faz jus à detração penal quando a conduta delituosa pela qual houve a condenação tenha sido praticada posteriormente ao crime que acarretou a prisão cautelar. 2. Ordem denegada.

(HC 109599, Relator(a): Min. TEORI ZAVASCKI, Segunda Turma, julgado em 26/02/2013, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-048 DIVULG 12-03-2013 PUBLIC 13-03-2013)

HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. DETRAÇÃO. CRIME COMETIDO EM MOMENTO POSTERIOR À CUSTÓDIA CAUTELAR. IMPOSSIBILIDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO.

1. É pacífica a jurisprudência desta Corte Superior de Justiça no sentido de ser inviável a aplicação da detração penal em relação aos crimes cometidos posteriormente à custódia cautelar. Entender de maneira contrária seria como conceder possível "crédito" para que o indivíduo praticasse futuros delitos, já ciente do abatimento da pena.

2. Na hipótese dos autos, o paciente permaneceu preso cautelarmente em outro feito criminal no período de 27.9.2006 a 7.9.2007, e busca a detração da pena pela prática de crime perpetrado em 27.11.2007.

Assim, não há falar em detração penal.

3. Ordem denegada.

(HC 197112/RS, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEXTA TURMA, julgado em 19/05/2011, DJe 01/06/2011)

Também este Tribunal de Justiça já decidiu no mesmo sentido, em agosto de 2013, inclusive esta 2ª Câmara Criminal, por meio do Agravo na Execução Penal nº 304052-6, de relatoria deste signatário, cujo acórdão restou assim ementado:

PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO. EXECUÇÃO PENAL. DETRAÇÃO. PERÍODO ANTERIOR AO FATO DELITUOSO. IMPOSSIBILIDADE. PROVIMENTO PARA DESCONSIDERAR PERÍODOS ANTERIORES PARA FINS DE DETRAÇÃO. DECISÃO UNÂNIME.

É assente a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no sentido de que o condenado não faz jus à detração penal quando a conduta delituosa pela qual houve a condenação tenha sido praticada posteriormente ao crime que acarretou a prisão cautelar.

Ressalte-se, como dito nas razões recursais do representante do parquet estadual, independentemente do prazo utilizado, equivocadamente, para detração, já teria o apenado direito a progressão de regime de cumprimento de pena.

À unanimidade de votos, mantida a progressão de regime de cumprimento de pena, deu-se provimento para que sejam desconsiderados para fins de detração os períodos indicados (19/04/2010 a 11/05/2010 e 16/09/2010 a 18/03/2011), posto que anteriores a data do delito pelo qual foi condenado (20/07/2011).

Importante, ainda, destacar que o art. 387 do CPP, com a redação dada pela Lei 12.736/2012, apenas determina que o tempo da prisão provisória seja computado pelo juiz na sentença para fins de determinação do regime inicial de cumprimento da pena, mas não autoriza a aplicação da detração penal relativamente a delitos cometidos após a prisão cautelar.

Tanto é assim que, como bem chamou a atenção a douta Procuradora de Justiça, há jurisprudência do STJ posterior à entrada em vigor da sobredita Lei que mantém o posicionamento anterior, no sentido de que a detração somente pode ser empreendida relativamente a delitos anteriores à segregação provisória, sob pena de se criar uma espécie de poupança em face da Justiça Criminal. Senão vejamos:

EXECUÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS. DETRAÇÃO. AGRAVO EM EXECUÇÃO JULGADO. WRIT SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. INVIABILIDADE. VIA INADEQUADA. PRISÃO PROCESSUAL QUE PERDUROU NOS PERÍODOS DE 25.04.2006 a 27.04.2006, de 20.05.2007 a 25.08.2007 e 11.02.2008 a 22.02.2008. EXECUÇÃO RELATIVA A CRIME PERPETRADO EM 13.11.2010. INCIDÊNCIA DA DETRAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. VEDAÇÃO DO PRINCÍPIO DA "CONTA-CORRENTE". FLAGRANTE ILEGALIDADE. INEXISTÊNCIA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

1. É imperiosa a necessidade de racionalização do emprego do habeas corpus, em prestígio ao âmbito de cognição da garantia constitucional e em louvor à lógica do sistema recursal. In casu, foi impetrada indevidamente a ordem como substitutiva de recurso especial.

2. Na hipótese em apreço, inexistente flagrante ilegalidade, pois é admitida a detração em relação a fato diverso daquele que deu azo à prisão processual; contudo, somente em relação a delitos anteriores à segregação provisória, sob risco de se criar uma espécie de crédito contra a Justiça Criminal. Precedentes.

3. Habeas corpus não conhecido.

(HC 276290/RS, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 03/12/2013, DJe 13/12/2013)

Em julgado ainda mais recente, o STJ mantém a referida orientação:

EXECUÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS. DETRAÇÃO. AGRAVO EM EXECUÇÃO JULGADO. WRIT SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. INVIABILIDADE. VIA INADEQUADA. PRISÃO PROCESSUAL QUE PERDUROU NO PERÍODO DE 20.07.2007 A 30.08.2007. POSTERIOR ABSOLVIÇÃO. EXECUÇÃO RELATIVA A CRIME PERPETRADO EM DATA POSTERIOR. INCIDÊNCIA DA DETRAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. VEDAÇÃO DO PRINCÍPIO DA "CONTA-CORRENTE". FLAGRANTE ILEGALIDADE. INEXISTÊNCIA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

1. É imperiosa a necessidade de racionalização do emprego do habeas corpus, em prestígio ao âmbito de cognição da garantia constitucional e em louvor à lógica do sistema recursal. In casu, foi impetrada indevidamente a ordem como substitutiva de recurso especial.

2. Na hipótese em apreço, inexistente flagrante ilegalidade, pois é admitida a detração em relação a fato diverso daquele que deu azo à prisão processual; contudo, somente em relação a delitos anteriores à segregação provisória, sob risco de se criar uma espécie de crédito contra a Justiça Criminal. Precedentes.

3. Habeas corpus não conhecido.

(HC 261455/RS, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 06/05/2014, DJe 14/05/2014)

Ante o exposto, **dou provimento ao agravo para que seja desconsiderado, para fins de detração, o período de 28/01/2010 a 21/10/2010, posto que anterior à data do delito pelo qual foi condenado (18/07/2011).**

Recife, 11 de 06 de 2014


Des. Mauro Alencar de Barros
Relator